



**ariús**

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253

v. 14, n. 1/2, jan./dez., 2008

## Imagens do Nordeste natural na transição colônia-império:

### O olhar do viajante naturalista Manuel Arruda da Câmara sobre o meio ambiente (1793-1810)

CATARINA DE OLIVEIRA BURITI; JOSÉ OTÁVIO AGUIAR

Universidade Federal de Campina Grande

#### RESUMO

Este estudo propõe suscitar uma discussão em torno das imagens e visões dos viajantes naturalistas que estiveram no Nordeste do Brasil no final do século XVIII e início do XIX, de forma a focar em particular a relação entre as culturas humanas e o ambiente natural nesse espaço de interação. O objetivo consiste em investigar as inter-relações entre natureza e cultura na obra do naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara, referentes aos sertões das Capitâneas do Norte luso-brasileiro durante a transição Colônia-Império. Observa-se que apesar desse cientista trabalhar nos Sertões das Capitâneas do Nordeste colonial com vistas em satisfazer os interesses econômicos e políticos do Reino de Portugal, ele exalta a natureza dos Trópicos e busca também favorecer a população dessa parte do Império Ultramarino português. Nesse sentido, infere-se, com base na documentação arrolada, que mesmo fazendo parte da “geração ilustrada” luso-brasileira, o nacionalismo do naturalista Manuel Arruda da Câmara é evidente no que tange à exaltação e valorização do meio ambiente colonial.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente. História. Viajantes. Brasil Colonial.

## Images of the natural Northeast in the transition from colony to imperial Brazil: The naturalist-traveler's look of Manuel Arruda da Câmara on the environment (1793-1810)

#### ABSTRACT

This study proposes to raise a discussion about the images and visions of naturalist-travelers who were in the Brazilian Northeastern region at the end of the eighteenth century and beginning of the nineteenth century, analyzing particularly the relationship between human cultures and natural environment in this space of interaction. The objective is to investigate the interaction between nature and culture in the work of traveler-naturalist Manuel Arruda da Câmara, in the hinterlands of the Luso-Brazilian North Captaincy during the transition Colony-Empire. It is noticed that while the scientist works in the hinterlands of the colonial Northeastern Captaincy aiming to meet the economic and political interests of the Portugal Kingdom, he exalts the nature of the tropical colonies and also seeks to favor the population of that part of the Portuguese Overseas Empire. Accordingly, it is concluded, based on the documentation listed, that even being part of the Luso-Brazilian “illustrated generation”, the nationalism of the naturalist Manuel Arruda da Câmara is evident in regard to the exaltation and appraisal of the colonial environment.

**Key-words:** Environment. History. Travelers. Colonial Brazil.

#### José Otávio Aguiar

Doutor em História e Culturas Políticas pela UFG e Professor da UAHC/UFCC

E-mail: j.otavio.a@hotmail.com

Endereço residencial: Rua Luiza Bezerra Motta, n. 720, Apt. 604, Catolé – La Celle Residence. CEP: 58104-600.

Fone: 3322-2555/8800-9682

#### Catarina de Oliveira Buriti

Mestranda em História pela UFCG e Bolsista pela Capes

E-mail: cathyburiti@yahoo.com.br

Endereço residencial: Rua Osvaldo Cruz, n. 218 – Centenário – Campina Grande/PB. CEP: 58428-095.

Fone: 3322-6120/8703-7256

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O significativo acervo produzido por artistas, naturalistas e viajantes sobre a paisagem natural do Brasil, nos últimos decênios do século XVIII e no alvorecer do século XIX, fornece-nos visões e versões diversificadas que nos permitem conhecer diferentes percepções sobre a sociedade luso-brasileira e sobre as suas interações culturais com o meio ambiente.

A presença de viajantes e naturalistas estrangeiros e seus relatos publicados sobre o Brasil datam do século XVI. Existem mais de 260 obras, em várias línguas, nas quais os autores falam dos habitantes, da vida social, dos usos e costumes, da fauna, da flora e de outros aspectos da antiga América Portuguesa, principalmente durante o século XIX, depois que Dom João VI decretou a abertura dos portos brasileiros, em 1808. Com isso, houve um incremento da navegação, o estabelecimento de laços diplomáticos e o consequente aumento da presença estrangeira no país, já que, em alguns anos, a própria reconfiguração das relações internacionais e o fim dos conflitos no continente europeu permitiriam que se refizessem as alianças.

Sabe-se que, de algum modo, tais imagens contribuíram para a formação da identidade da América portuguesa e, não obstante, esses registros e representações do nosso passado colonial e monárquico resultem de intencionalidades e de tradições díspares, tais fragmentos contribuíram para compor histórias e forjar memórias específicas sobre o seu meio ambiente.

Observa-se que, apesar de uma vasta historiografia ter se debruçado no estudo de tais narrativas a respeito de alguns espaços biogeográficos do país, principalmente da região central da Mata Atlântica e do bioma Cerrado, localizado no Planalto Central, no que se refere às Capitâneas do então Norte luso-brasileiro, apenas esparsos escritos históricos têm sido elaborados com o intuito de atentar para o olhar dos naturalistas e viajantes em torno da paisagem litorânea e sertaneja dessa região.

Muitos dos botânicos, naturalistas e viajantes que vieram ao Brasil, guiados por princípios e teorias da ciência praticada na Europa nos séculos XVIII e XIX, coletaram e enviaram informações encomendadas pelas Academias Reais de Ciências, com vistas em satisfazer as necessidades utilitárias da Corte Portuguesa. Nesse sentido, era necessário conhecer e explorar os recursos

naturais dessas Capitâneas com vistas a propiciar a sua exploração comercial.

Dessa grande quantidade de estrangeiros, viajantes e aventureiros (ingleses, franceses, alemães, portugueses etc.) que escreveram suas impressões e crônicas sobre o Brasil, destacam-se aqueles que se embrenharam nos Sertões localizados ao Norte dessa Colônia – espaço fitogeográfico conhecido atualmente como Nordeste – e que elaboraram seus relatos sobre a paisagem e os povos da região, dentre os quais, o inglês Henry Koster, o francês Louis François de Tollenare e o naturalista luso-brasileiro com formação européia Manuel Arruda da Câmara. Este último se constitui como um importante fitologista cujos trabalhos estão ainda praticamente inéditos, ignorados e esquecidos, passíveis, portanto, de análises com maior profundidade comparativa, para que se possa reunir quantidade maior de vestígios das intervenções reformistas ilustradas na América Portuguesa no segundo quartel do século dos setecentos. Parte de sua obra será tomada como objeto desta pesquisa. Mais interessante, para os nossos propósitos imediatos, é o relato das viagens de Manuel Arruda da Câmara pelas matas e sertões, bordejando o bioma de Semiárido, através de indagações e observações botânicas. Podemos, em síntese, elencar grupos de fontes, imagens e elementos não excludentes entre si, que exerceram presença na leitura desse naturalista sobre o Sertão.

A peculiaridade dos trabalhos de Manuel Arruda da Câmara se constitui, em última instância, por estes não terem sido apenas produto do olhar de um estrangeiro, mas de um intelectual nascido na América portuguesa e formado nos projetos reformistas ilustrados do Marquês de Pombal<sup>1</sup> que direcionou os conhecimentos por lá construídos para analisar a sua Terra, com a sua Natureza e com a sua gente. Nesse sentido, é importante observar que, não obstante, estejamos nos referindo a um naturalista que investigou o meio ambiente da sua própria região, sua formação européia e o trabalho encomendado pela Coroa certamente contribuíram para que sua observação e análise fossem, por um lado, pré-programadas e atreladas aos objetivos cientificistas europeus. Por outro lado, os documentos arrolados sobre os quais ora nos debruçamos denotam que o olhar criativo que esse naturalista viajante lançou sobre o ambiente natural desse espaço estava permeado por visões e concepções que supervalorizavam a natureza local, reinventando-a para além

<sup>1</sup> A partir de 1770, sob a égide de Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o futuro Marquês de Pombal, mentor das reformas promovidas no Reino português, Coimbra se tornou o centro intelectual luso passando a formar naturalistas dotados de conhecimentos em História Natural (PRESTES, 2000). Para maiores esclarecimentos acerca da absorção do iluminismo por parte da Coroa portuguesa, particularmente em relação à atuação do Marquês de Pombal no Reformismo Ilustrado, quando o autor denomina de paradoxal porque, enquanto o Iluminismo visava proporcionar uma maior liberdade e participação política, em Portugal, o Marquês de Pombal e outros ministros da Corte que, na época, receberam as idéias filosóficas das Luzes, defendiam e reforçavam o poder absoluto do Rei. É o que comumente se designa como o absolutismo ilustrado (MAXWELL, 1996).

dos pressupostos lineanos, de forma a, frequentemente, contrapor-se às visões detratoras de certa ilustração francesa representada, por exemplo, nos escritos de Buffon e Raynal. Destarte, podemos inferir que ao mesmo tempo em que Arruda da Câmara, semelhante aos demais viajantes estrangeiros que por aqui estiveram, atendia diretamente aos interesses da Metrópole que financiou suas pesquisas no Brasil, também criticava, paradoxalmente, em virtude das suas concepções nacionalistas, a política colonial e a concepção botânica anterior da Coroa, que inferiorizava a natureza luso-brasileira.

É por isso que Dean (1996), conhecedor que era dos seus escritos, observou, com argúcia, que Manuel Arruda da Câmara, audaciosamente, exaltava as riquezas naturais da América portuguesa em comparação com as da Metrópole em crise: defendia que os países tropicais eram muito mais férteis que a Europa, que estaria em uma condição “medíocre e miserável”, caso não houvesse recebido, no passado, espécies botânicas dos Trópicos. Assim se misturavam o nacionalismo e a botânica para inverter o preconceito alimentado pelos peninsulares desde a invasão.

A Metrópole encarregou esse naturalista de observar e descobrir nitreiras, minas de cobre e outros minérios da região que pudessem remeter vantagens econômicas para a Coroa. Manuel Arruda da Câmara, entretanto, enviou da Capitania da Paraíba diversos relatórios e cartas para a Corte, afirmando não ter-se limitado apenas à análise do reino mineral, mas, que as suas observações alcançavam também os reinos vegetal e animal – notadamente os insetos – e a maneira como a cultura da população agrícola dos sertões se relacionava e interagia com a natureza. Assim, em virtude de sua preferência pela vegetação, pouco dos seus estudos remetidos à Metrópole resultou em descobertas de minerais.

A experiência de viagem, metáfora constante nas narrativas de Manuel Arruda da Câmara, pode ser encarada como uma das chaves possíveis para a construção de sua imagem do Sertão. Procurando suplantar as teorias de gabinete, elaboradas por homens como Buffon e o Abade Raynal, que nunca haviam visitado as Américas, Arruda da Câmara acreditava que não bastava ler sobre ou consultar os compêndios: era preciso sentir, fisicamente, inclusive, as dificuldades que se lhe apresentavam previamente; era preciso pôr em tensão as

próprias representações, as memórias, as experiências de outrem que lhe eram relatadas.

Com Buffon, remetemo-nos a meados do século XVIII, período anterior à reforma da estrutura curricular de universidades como as de Coimbra e Lisboa, de forma a incrementar o ensino de História Natural em Portugal e a instauração de um método de observação e de análise empírica da natureza, conforme era praticada por Arruda da Câmara e por outros naturalistas de fins do século. Foi com a teoria buffoniana que nasceu a tese da “debilidade” ou “imaturidade” das espécies animais, que incluía não apenas os quadrúpedes, mas também o homem das Américas. Poucos e débeis, os seres humanos do Novo Mundo não puderam dominar a natureza hostil, sobretudo o clima que era, na sua visão, o maior obstáculo ao desenvolvimento das espécies nesse espaço. O homem americano haveria permanecido quase passivo ao controle e transformação da natureza. Nesse sentido, a teoria de gabinete de Buffon, como uma forma embrionária de sistematização do pensamento histórico aplicado à natureza – uma provisória teoria da evolução – elaborada não com base na observação curiosa da natureza viva americana, mas a partir do olhar eurocêntrico e distanciado da Europa e das teorias “científicas” por lá elaboradas, serviu para afirmar a predileção desse naturalista francês pelo Velho Mundo e corroborar os projetos de “civilização” que partiam da Europa para os outros recantos do globo, incluindo a América portuguesa. Julgar a fauna americana imatura ou degenerada equivalia a proclamar a da Europa madura, perfeita e idônea, capaz de servir como ponto de referência a qualquer outra fauna do globo (GERBI, 1996).

Era justamente na contramão dessas teorias elaboradas nos gabinetes dos naturalistas europeus de meados dos Setecentos que Manuel Arruda da Câmara e outros viajantes naturalistas, já em fins desse século, caminhavam. As viagens científicas faziam parte das práticas dos naturalistas contemporâneos a Arruda da Câmara, para quem a observação *in loco* da natureza renderia mais compreensão do que as instruções escritas pelos “naturalistas de gabinete” (PRESTES, 2000)<sup>2</sup>. É sobre esse “arquivo dos pés”<sup>3</sup> resultante das indagações, observações e experiências realizadas por esse viajante que buscamos desvendar as historicidades presentes nessas fontes.

<sup>2</sup> A autora inspeciona relatos acerca da investigação da natureza luso-brasileira em diferentes períodos da história, comparando os primeiros relatos, genéricos e imprecisos, dos viajantes que vieram ao Brasil no século XVI até o ingresso e desenvolvimento da História Natural em Portugal que direcionou os estudos da fauna e da flora do Império Ultramarino para a coleta, classificação e análise minuciosa dos bens naturais. Manuel Arruda da Câmara (1766-1811) é situado pela autora como um desses naturalistas viajantes que buscou conhecer a natureza do Império Ultramarino luso-brasileiro com finalidades empíricas e utilitárias.

<sup>3</sup> Expressão utilizada por Schama (1996) quando se refere à importância de que os historiadores do ambiente valorizem a observação da natureza. Neste trabalho, esses acessos às paisagens de fins do século XVIII e início do XIX são feitos através da obra do naturalista objeto de nossa análise.

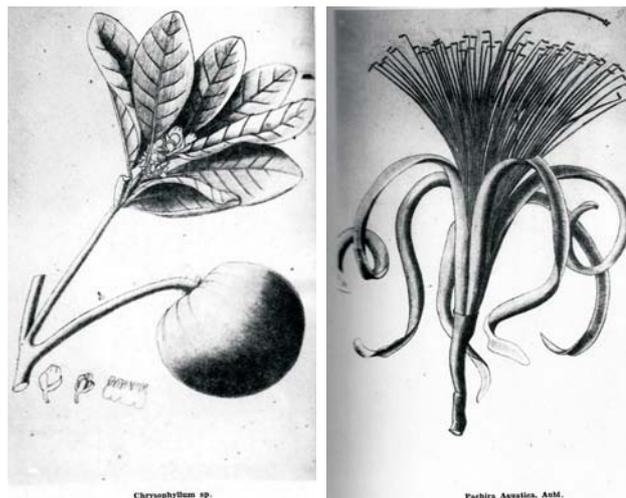
Nesse quadro de referências, o objetivo geral deste trabalho consiste em investigar as inter-relações entre natureza e cultura na obra do naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara, referentes aos sertões das Capitanias luso-brasileiras durante a transição Colônia-Império. Delineamos a seguir os objetivos específicos norteadores deste trabalho: a) Compreender o contexto social e político europeu que impulsionou a corrida pela exploração de recursos naturais favoráveis ao comércio da Coroa portuguesa, situando as viagens científicas e exploratórias como consequências do naturalismo-utilitário; b) Identificar a peculiaridade das observações e experiências de Manuel Arruda da Câmara e as inter-relações das sociedades com a natureza dos Sertões do norte da Colônia, entre o período de 1793 a 1810; c) Analisar fragmentos de descrições da paisagem natural, de forma a estabelecer um cenário ambiental e humano das Capitanias do Nordeste colonial em fins dos Setecentos e na primeira década dos Oitocentos; d) Investigar se a narrativa científica de Manuel Arruda da Câmara tinha preocupações conservacionistas a respeito da natureza luso-brasileira.

O trabalho foi desenvolvido com base na análise dos escritos do naturalista viajante em apreço, confrontando-se os dados catalogados e coletados com a bibliografia que aborda o contexto de produção das viagens científicas. A problemática consiste em analisar qual a visão que esse naturalista elaborou a respeito dos espaços da América portuguesa que visitava, no caso, dos Sertões das Capitanias do Nordeste colonial, defendendo a premissa de que, mesmo com as suas preocupações nacionalistas de valorizar o ambiente natural e desconstruir os estereótipos europeus de natureza exótica, as indagações de Arruda da Câmara, assim como dos demais reformistas ilustrados sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa, recorriam em torno das potencialidades comerciais agrícolas da terra e da flora da região.

#### MANUEL ARRUDA DA CÂMARA E O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO EUROPEU DAS VIAGENS CIENTÍFICAS

Em 1793, Manuel Arruda da Câmara, regressando dos seus estudos na Europa com encargos científicos confiados e financiados pela Coroa portuguesa, que o

incumbiu de realizar diversos levantamentos naturais na América luso-brasileira, iniciou o seu percurso pelos Sertões. Aplicando seus conhecimentos na área de História Natural<sup>4</sup>, Agricultura e Botânica, dedicou-se à observação e à descoberta dos produtos vegetais, animais e minerais da região favoráveis ao desenvolvimento da Coroa de Portugal.



Desenhos feitos pelo próprio Manuel Arruda da Câmara com base na observação da flora dos Sertões da América luso-brasileira durante as suas viagens

O itinerário seguido pelo naturalista viajante compreende:

Período	Região visitada por Arruda da Câmara
Entre março de 1794 e setembro de 1795	Expedição mineralógica entre Pernambuco e Piauí, levantando a ocorrência de diversos minerais.
Dezembro de 1797	Estabeleceu-se como produtor e investigador da cultura do algodão na região de Pirauá, situada próximo às margens do Rio Paraíba, na Capitania da Paraíba.
Entre dezembro de 1797 e julho de 1799	Percorreu a região dos sertões da Paraíba ao Ceará.
Não datadas	Viagens realizadas ao Maranhão e ao Vale do Rio São Francisco.

Fonte: (MELLO, 1982, p.11-74).

Procuramos, pois, neste trabalho, através da narrativa de viagem de Manuel Arruda da Câmara, delimitar vestígios do cotidiano das populações destes trechos do

<sup>4</sup> Esse é um termo genérico utilizado para o que é hoje geralmente visto como um conjunto variado de disciplinas científicas distintas. A maior parte das definições incluem o estudo das coisas vivas (ex: biologia, incluindo botânica e zoologia), enquanto outras definições estendem o conceito até incluir a paleontologia, a ecologia ou a bioquímica, bem como partes da geologia e da física e até mesmo da meteorologia. Nos séculos XVIII e XIX, os profissionais especializados em História Natural, os chamados naturalistas, utilizavam o termo para se referir aos estudos de natureza científica e se contrapor à história eclesiástica e apaixonada, sem fundamentação empírica, como é o caso dos estudos do cientista viajante Manuel Arruda da Câmara cujos esforços seguem essa perspectiva empirista. Para maior aprofundamento da questão, ver um interessante artigo que discute as observações e teses do naturalista no contexto das diversas doutrinas químicas e fisiológicas do final do século XVIII. O trabalho objetiva repensar especificamente o debate travado entre as diversas teorias que serviram de pano de fundo das relações entre a Química e a Fisiologia da época (ALMEIDA; MAGALHÃES, 1997).

sertão nordestino, identificando a forma como a sociedade interagiu com o meio ambiente e se apropriou culturalmente da vegetação específica da região e com outros elementos da flora trazidos de outras partes do mundo para aclimação nos Trópicos. O recorte espacial e cronológico delimitado baseou-se no itinerário que esse naturalista seguiu pelos sertões das Capitanias do Nordeste colonial, cujo espaço corresponde aos territórios e biomas por ele descritos na tentativa de elaborar um quadro do ambiente natural, da relação estabelecida entre Natureza e cultura agrícola da população e nas datações das obras publicadas descrevendo os resultados das observações e experiências.

Tais aspectos se inter-relacionam intimamente, já que, no processo de humanização da Natureza, construímos, enquanto sociedades, aquilo que chamamos de paisagem humanizada. Essa *paisagem*<sup>5</sup>, esculpida pelas mãos de diferentes atores históricos, em uma *zona de contato*<sup>6</sup> colonial, será nosso objeto.

Apesar de Arruda da Câmara ter uma produção significativa entre os naturalistas luso-brasileiros de sua época, é notória a lacuna existente em torno de importantes informações a respeito de sua vida e de sua trajetória política e intelectual que ainda estão passíveis de comprovação histórica. As informações biográficas mais prováveis sobre Manuel Arruda da Câmara asseveram que o cientista nasceu no ano de 1766<sup>7</sup>, possivelmente na cidade de Pombal, sertão da Paraíba e faleceu em Itamaracá, em Pernambuco, no ano de 1810. Foi um religioso, médico e intelectual brasileiro que notabilizou-se como um dos grandes botânicos do final do século XVIII. A partir de 1783, após ter professado a regra dos Carmelitas calçados no Convento de Goiana, em Pernambuco, viajou para Portugal, onde matriculou-se na Universidade de Coimbra, formando-se em *Filosofia Natural*. Em 1790, foi para a Universidade de Montpellier, na França, onde recebeu o grau de doutor em Medicina<sup>8</sup>.

Retornando à América luso-brasileira, sob a influência do ideário do Reformismo Ilustrado, não se conformou com o quadro de injustiça social reinante e apres-

sou-se em trabalhar visando a combater, sobretudo, em favor das famílias mais humildes, maiores vítimas do sistema patriarcal. Nesse sentido, fundou o Areópago de Itambé, Sociedade Maçônica que abrigava intelectuais da Paraíba e de Pernambuco e onde foi tramada a Revolução de 1817, cujas estimativas apontam a participação do naturalista em favor desse movimento<sup>9</sup>.

Embrenhado pelos Sertões do Nordeste colonial, classificou a flora da Paraíba<sup>10</sup>, redigiu escritos sobre a agricultura e a Flora de Pernambuco (*Centúrias dos novos gêneros e espécies das plantas pernambucanas*). No conjunto de suas expedições científicas, realizou levantamentos mineralógicos, botânicos e zoológicos por ele próprio sistematizados sob a forma de inúmeros trabalhos científicos.

Manuel Arruda da Câmara poderia ser considerado um reformista ilustrado, ao lado de uma geração de brasileiros que se projetaram na história científica e política do país, dentre os quais, aquele que ficaria conhecido como o “patriarca da independência”, José Bonifácio de Andrada e Silva.

O conjunto de idéias que se convencionou chamar Iluminismo nunca constituiu uma unidade de princípios, um todo harmônico e universal. A busca do progresso das ciências e das técnicas, o anseio pela organização de uma nova sociedade baseada nos princípios de igualdade e liberdade políticas, de forma a assegurar aos homens e mulheres a felicidade, entendida como conquista ao alcance de todos, uniu muitos dos autores que comumente associamos ao estandarte das Luzes. Estendendo suas raízes ao humanismo do século XVI, esse movimento intelectual de valorização da razão só se afirmou efetivamente a partir do século XVII inglês, alcançando, enfim, o seu ápice no século XVIII, quando, a partir da França, alastrou-se por toda a Europa, alcançando quase simultaneamente o Novo Mundo. Cabe, no entanto, observar que nunca houve uma só proposta ilustrada de mudança social e que o objetivo final para a maioria esmagadora dos filósofos era uma reforma e não uma subversão violenta e revolucionária da sociedade. Buscava-se a reconstrução da civilização humana em

<sup>5</sup> Para mais informações sobre a relação entre paisagem e memória, ver a obra do historiador Schama (1996).

<sup>6</sup> Mary Louse Pratt cria e se utiliza do conceito de *zona de contato*, com o qual se refere ao: “[...] espaço de encontros coloniais no qual as pessoas geográficas e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada [...]” (PRATT, 1999, p. 31).

<sup>7</sup> A data de nascimento de Arruda da Câmara era atribuída pelos seus biógrafos ao ano de 1752. No entanto, Prestes (2000, p. 101) ressalta um documento oficial referente à matrícula do jovem Arruda da Câmara na Universidade de Coimbra, datado de 26/10/1786, no qual consta que nessa época ele contava vinte anos, portanto, havia nascido em 1766.

<sup>8</sup> Informações baseadas no trabalho de seu principal biográfico (MELLO, 1982, p. 11-74).

<sup>9</sup> Sobre a história da maçonaria no Brasil e sua atuação nos bastidores da política nacional, ver o livro de Morel e Souza, (2008).

<sup>10</sup> A Paraíba homenageou Manuel Arruda da Câmara, dando seu nome a um Parque Zoológico, misto de reserva florestal e de zoológico existente no centro da capital. Mais conhecida como “Bica”, a reserva compreende uma área de 43 hectares que foi desapropriada pelo então prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-1924) e batizada com o nome do botânico da cidade de Pombal.

novas bases mais racionais e menos “obscuras”, e isso poderia ser conseguido por meio de um monarca esclarecido.

Os mesmos princípios, talvez ligados entre si pelo culto à racionalidade e aos direitos naturais do homem, que embasaram revoluções na Inglaterra seiscentista, na França e nas Treze Colônias Inglesas no Setecentos, originaram, em outros países da Europa, a política do Reformismo Ilustrado, segundo a qual o soberano, concebido agora como servidor do Estado e não como a sua própria encarnação, promoveria as reformas necessárias no plano político, educacional e econômico. No Brasil, livros de Rousseau, Voltaire, Montesquieu e Raynal figuravam nas bibliotecas dos sediciosos mineiros de 1789; tiveram também seu lugar na Inconfidência Baiana e na Revolução Pernambucana de 1817<sup>11</sup>.

Em Portugal, como de resto na Prússia, na Rússia, na Toscana, no Reino de Nápoles e na Espanha, a absorção do iluminismo por parte de seus governantes e ministros incluiu a adoção de alguns princípios inovadores e motivou a implementação de reformas que, acreditava-se, precederiam sua reivindicação por parte do povo. Distanciavam-se, assim, esses países dos projetos de reestruturação do pacto social, que previam um aumento do nível de participação política, rumo a uma sociedade democrática.

Homens como o Marquês de Pombal, ministro Dom José, monarca português que reinou entre os anos de 1750 e 1777, entendiam que, sendo o estado de natureza um estado de caos, carente de organização política, no qual as garantias e liberdades básicas dos homens encontravam-se ameaçadas, cabia ao estado reforçar o poder absoluto do Rei, como medida necessária para que se garantissem os direitos naturais. A reforma administrativa pombalina, responsável pela reafirmação do absolutismo lusitano, buscou uma reorganização da estrutura governamental no intuito de conseguir uma maior eficiência na máquina burocrática do império ultramarino. Expulsou-se os jesuítas e submeteu-se a catequese e a direção dos índios brasileiros diretamente ao Estado. Incentivou-se a atividade manufatureira em solo português e o comércio com o Brasil. Reformou-se ainda o ensino, particularmente o universitário ao qual seria incorporado um currículo de orientação ao mesmo tempo jusnaturalista<sup>12</sup> e pragmática. No Colégio dos Nobres e na Universidade de Coimbra, as disciplinas marcadas pela escolástica me-

dieval e teológica perdiam espaço, pois buscava-se orientar os alunos em direção a uma exploração planejada e racional do potencial das colônias. Isso porque formavam-se acima de tudo os jovens que, pela sua origem social, destinavam-se à futura direção do Estado, e, neste sentido, entravam no currículo as matemáticas, as ciências naturais, as línguas vivas. Dentre os formandos de Coimbra, figuravam futuros estadistas como o naturalista Rodrigo de Souza Coutinho e o mineralogista brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva<sup>13</sup>.

O objetivo fundamental de promover a modernização econômica e cultural de Portugal sem, no entanto, deixar de subordiná-la ao poder do Estado, sobreviveu à morte de Dom José I e à subida de Dona Maria I ao poder, logo seguida do afastamento do Marquês de Pombal em 1777, figurando ainda como horizonte de seus ministros sucessores para além da transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

Extremamente dependente da produção colonial, Portugal recebia com certo incômodo a mensagem das Luzes, devido ao perigo de que as concepções de liberdade e igualdade invadissem seus domínios ultramarinos. A dominação colonial, questionada até então em termos teológicos e somente no tocante à escravização indígena, passou a ser discutida em solo brasileiro, principalmente a partir do último quartel do século XVIII, quando movimentos sediciosos com planejamento e orientação revolucionária levantaram-se no Brasil.

Em 1796, com a morte de Martinho de Melo e Castro, Dom Rodrigo de Souza Coutinho foi nomeado ministro das colônias e da Marinha, iniciando uma política estratégica de absorção dos conhecimentos científicos estrangeiros, vistos como meio de racionalizar a exploração colonial e garantir a lealdade dos súditos de além-mar, frente à ameaça que os exércitos e as idéias da França representavam para a metrópole lusitana. Sua política de valorização dos saberes científicos afirmava-se contra uma série de tendências que neles viam, dada a sua associação com os pressupostos da ilustração, um meio de penetração de pressupostos subversivos à ordem vigente. Muitos cientistas naturais foram perseguidos em Portugal sob a alegação de que eram ateus ou portadores das “perigosas idéias francesas”<sup>14</sup>.

O que Rodrigo de Souza Coutinho buscava, para além das desconfianças do conservadorismo português, era atrair o apoio da elite colonial, formada em Coimbra, ao ide-

<sup>11</sup> Sobre este assunto ver a excelente introdução para a edição brasileira de *A revolução da América*. (FIGUEIREDO; MUNTEAL FILHO, 1993).

<sup>12</sup> Sobre o jusnaturalismo veja verbete correspondente em Fasso (1994), ver também Castro (1990, p. 565-585).

<sup>13</sup> Sobre o empirismo e o pragmatismo do reformismo ilustrado no Brasil ver Dias (1968).

<sup>14</sup> Veja aqui, como exemplo, o caso do professor de Geometria José Anastácio da Cunha, interrogado em Portugal pelo tribunal da Inquisição logo após a queda de Pombal, sob a acusação de ateísmo (SANTOS, 1999, p. 32).

al de construção de um grande e poderoso Império Português (COUTINHO, 1803). Seis anos antes da transferência da Corte para o Brasil, já a recomendava como indispensável, afirmando que, devido às suas condições geopolíticas e naturais, a América portuguesa deveria representar a sede desse Império<sup>15</sup>. Renunciando ao cargo em 1803, sob a pressão constante dos que o acusavam de anglofilia, continuou a preconizar a transformação do Império Ultramarino Português numa confederação de iguais. Mais tarde, voltaria ao poder no Brasil, sob o título de Conde de Linhares, continuando seu programa de reformas e incentivo às ciências. Contrariando sua formação iluminista, defendeu, ao longo de toda a sua carreira política, os interesses escravistas, vinculando-os aos investimentos nos setores agrícolas do Brasil.

É bom lembrar, nesse contexto, que com a crise do Antigo Sistema Colonial português a partir do desmoronamento do modelo de exploração centrado hegemonicamente em uma política econômica mercantilista, o investimento nas ciências foi colocado como alternativa para o redirecionamento do sentido da colonização lusa nos Trópicos, fato que provocou a redescoberta da América portuguesa no último quartel do século XVIII. A Coroa acumulou forças com o objetivo de criar uma burocracia especializada e profissional no Reino e nos seus Domínios, sendo Dom Rodrigo de Souza Coutinho, agora nomeado Ministro de Ultramar, responsável pela reintegração e exploração natural das Colônias.

A Academia Real de Ciências de Lisboa foi o instrumento através do qual os intelectuais ilustrados buscaram a construção científico-utilitária do Mundo Natural das Colônias, com vistas em superar a crise interna do reino luso, sendo considerada como uma instituição aparelhada para instruir a política colonial através de suas pesquisas empíricas que poderiam recuperar econômica e politicamente a Metrópole, diante da forte pressão competitiva empreendida pelas potências européias.

Ao longo do século XVIII, a Coroa portuguesa perdeu gradualmente o controle do Mundo Colonial, o que instigou o subgrupo de intelectuais naturalistas-utilitário da Academia a defender que cabia ao *Mundo de Que-luz* a condução de uma política colonial capaz de incorporar as experiências realizadas pelos exploradores ao longo das viagens pelo Império ultramarino e as investigações desenvolvidas nas demais instituições científicas portuguesas.

Inspirados pelo pensamento das Luzes, os sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa acreditavam que os bens naturais do Novo Mundo não deveriam ser entendidos meramente como exóticos, mas podiam ser

explorados cientificamente e recuperar o Reino da crise enfrentada. A visão pragmática desses intelectuais descrevia os recursos naturais marcando as peculiaridades da botânica, das riquezas minerais e da fauna de cada uma das Capitânicas que se encontravam sob o domínio português, direcionando os interesses científicos e remetendo tais singularidades às demandas econômicas do Estado luso (MUNTEAL FILHO, 1999).

Desse modo, os naturalistas-utilitários buscaram, ao lado dos burocratas fiéis à Coroa, recuperar o controle do Império português sobre o Mundo Natural das Colônias para que seu poder de controle fosse restituído. O empirismo e as atitudes científicas pautadas na observação e experimentação buscavam atender a objetivos econômicos imediatos e recuperar o domínio do Estado português, eis o sentido do desbravamento histórico-empírico do Mundo Natural por parte desses cientistas.

Foi com essa concepção que a “geração ilustrada” luso-brasileira buscou conhecer as potencialidades naturais do Brasil. Diante de tal constatação, contrapomos sobre à posição assumida por Pádua (2004) em relação à “redescoberta” que ele acredita ter feito de uma tradição intelectual brasileiro, dos séculos XVIII e XIX, que empreendeu uma “reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural”, “muito antes do que convencionalmente se imagina como sendo o início desse debate” (PÁDUA, 2004, p. 10). Não obstante o próprio autor perceber que esses pensadores não defenderam o ambiente natural pelo seu valor intrínseco, mas, sobretudo, pela sua importância econômica e política e, por isso, pelo grande trunfo que os recursos naturais representavam para o progresso do país, é problemática a relação comparativa que ele estabelece entre o reformismo ilustrado e o ambientalismo moderno. Em um dos trechos do livro, o autor afirma que “idéias semelhantes” à crítica ambiental contemporânea já estavam sendo discutidas no Brasil durante fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, o que o leva a situar esses intelectuais como os precursores da crítica ecológica atual.

A própria denominação dada ao subgrupo de *naturalistas-utilitários*, conforme vimos, levam-nos a inferir que o pensamento desses reformistas ilustrados eram experimentar cientificamente os recursos naturais da Colônia, com o intuito de beneficiar a Coroa portuguesa e retirá-la da crise. Isso significa afirmar que a preservação do ambiente natural dos Trópicos não era pensada como necessária para manter a natureza viva, mas seria necessário impedir que os bens naturais fossem destruídos e desperdiçados, porque somente ao *Mundo*

<sup>15</sup> Memória escrita por Dom Rodrigo de Souza Coutinho sobre a mudança da sede da Monarquia Portuguesa (COUTINHO, 1803).

de *Queluz* caberia a sua exploração, para que o Estado voltasse a ter progresso econômico e reconhecimento político.

Dean (1996) ressalta que foi somente depois de quase três séculos após o início da colonização portuguesa que o Mundo Natural do território brasileiro começou a chamar a atenção das autoridades da Corte, com o intuito de explorar científica e comercialmente as riquezas naturais da Colônia, justamente em fins do século XVIII, quando o interesse científico europeu estava se voltando mais sistematicamente à exploração da natureza, para além de suas fronteiras.

Uma das preocupações da Coroa era estreitar as suas relações com os territórios coloniais, considerando que à medida que as outras potências européias estavam desenvolvendo as suas colônias tropicais, a Monarquia portuguesa perdia seu mercado ultramarino, a partir de então alvo comercial dessas outras potências. Nesse sentido, os perspicazes botânicos e cientistas patrocinados pelo Rei exerceram um importante papel no conhecimento dos recursos naturais das colônias tropicais, fundando sociedades científicas, museus de história natural, realizando expedições científicas, entre outras atividades voltadas para a experimentação e catalogação de espécimes capazes de promover a diversificação agrícola e a aclimação de plantas úteis à economia da Metrópole.

No Brasil, a primeira sociedade científica de que se tem notícia foi fundada em Salvador, em 1759 e se propunha a fazer estudos a cerca da agricultura, da fauna, da flora e dos minerais. Dean (1996) salienta que parece que os intentos dos seus sócios não foram levados adiante, e se o foram, não deixaram vestígios destes estudos.

Uma segunda sociedade foi criada no Rio de Janeiro, em 1772, pelo vice-rei marquês do Lavradio, a *Academia Fluminense*, cujo objetivo era pesquisar sobre a medicina, a cirurgia, a botânica e a farmácia. Esta academia, apesar de sua breve existência, conseguiu recuperar um jardim botânico dos jesuítas e nomear jardineiros, coletores e botânicos para administrá-la. O novo vice-rei que sucedeu o Marquês do Lavradio, Luís Vasconcelos de Souza, construiu a mando da corte um Museu de história natural e procurou ressuscitar a Academia na forma de Sociedade Literária, que, por seu turno, foi extinta em 1790, com a substituição do vice-rei. Tais tentativas de implantação de sociedades científicas no Brasil e o fato de não terem logrado resultados, levam-nos a concordar com Dean (1996) que os principais empecilhos para o ingresso das ciências no Brasil foi o que ele chamou de “descontinuidade administrativa”.

Somente em 1808, foi instituído o Jardim Botânico do Rio de Janeiro tendo como uma das suas incumbências receber e aclimatar plantas tropicais de interesse

econômico. Essa implantação foi uma das primeiras iniciativas do ministro Rodrigo de Souza Coutinho, quando se deu a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, que não hesitou em instalar poderosos instrumentos de investigação do mundo natural. Conforme iremos observar a seguir, Manuel Arruda da Câmara foi um dos naturalistas que buscou instalar na província de Pernambuco um jardim botânico necessário à aclimação de espécimes nacionais e das diversas partes do mundo.

#### O MEIO AMBIENTE DO NORDESTE COLONIAL EM MANUEL ARRUDA DA CÂMARA

José Antônio Gonsalves, desbastando a biografia de Manuel Arruda da Câmara, com o intuito de desmitificar certas visões elaboradas a respeito do cientista viajante, assim situa a atuação política dele nos sertões das Capitanias do Nordeste colonial:

[...] um homem dedicado ao estudo das ciências naturais e à valorização de sua pátria. Um inventor de máquinas e implementos agrícolas, um analista de métodos de cultivo, um pesquisador pioneiro da flora, fauna e recursos naturais de toda uma imensa região que vai do rio São Francisco aos sertões do Piauí. (MELLO, 1982).

Observa-se, com base neste trecho, que os pesquisadores oriundos do *Mundo de Queluz*, sendo Arruda da Câmara um deles, influenciados pela visão científicista e empirista das Luzes, não se limitavam apenas em descobrir e catalogar espécimes dos “três reinos da natureza” – mineral, animal e vegetal – mas também, conforme ressalta Munteal Filho (1999), buscavam o aperfeiçoamento técnico das agricultura das colônias, valorizando a “industrialidade” e o empenho dos que se dedicasse à pesquisa dos novos métodos que deveriam ser utilizados no desenvolvimento do cultivo da terra. Em relação a Arruda da Câmara, tais esforços podem ser observados através do desenvolvimento de técnicas agrícolas capazes de aperfeiçoar o desenvolvimento da cultura do algodão, entre elas, a invenção de um descaroçador para melhorar a dinâmica agrícola da região.

Embora os marcos cronológicos e espaciais deste trabalho sejam os itinerários de Arruda da Câmara pelos Sertões das Capitanias da região Nordeste do Brasil, sabe-se que as expedições científicas realizadas por esse naturalista não se limitaram apenas a esses territórios, mas ele também atuou em outras paragens antes e depois do retorno a Pernambuco.

Dr. Manoel de Arruda Câmara – formado em Medicina pela Universidade de Montpellier – depois de acompanhar a José Bonifácio

em parte das suas incursões científicas pela Europa, regressou a Pernambuco, onde já se achava em 1796 entregue ao exercício da Medicina, quando foi incumbido pelo governo do exame e indagações das suas nitreiras naturais, bem como, posteriormente, de outras missões científicas em várias partes do país e de objetos diversos, e por fim demorando-se algum tempo no Rio de Janeiro, foi eleito membro da nova academia científica, criada no tempo do vice-rei Luís Barão de Goiana de Vasconcelos e Souza, e fez parte da comissão incumbida de dar parecer e aperfeiçoar a *Flora Fluminense* de Frei José Mariano da Conceição Veloso (COSTA, [2005?], p. 97-98).

Através deste registro documental, observamos que o naturalista manteve ligações profissionais com o grupo de José Bonifácio de Andrade e Silva, reformista ilustrado que exerceu um eminente papel político e econômico no Império brasileiro, cujas idéias marcaram a história e o pensamento intelectual do país, sendo ainda considerado um dos mais importantes e influentes defensores dos bens naturais, numa perspectiva econômica, do Brasil colonial e imperial. Manuel Arruda da Câmara foi um desses intelectuais que também conseguiu se projetar nacionalmente, sendo considerado um dos mais importantes botânicos/naturalistas dos fins do Setecentos.

Com relação à sua atuação nos Sertões das Capitânicas do Nordeste do Brasil, objeto da presente análise, é notório que os relatórios, as memórias e demais escritos por ele produzidos a respeito dos “produtos naturais e das úteis manufaturas” das colônias eram resultados dos trabalhos encomendados pelos governadores e ministros nomeados pela Coroa e os resultados das pesquisas eram remetidos à Europa logo que conseguisse descobrir, realizar experiências e coletar os espécimes de utilidade prática para os intelectuais e burocratas da Metrópole.

Conforme podemos perceber em *Memória sobre a cultura dos algodoeiros*, escrita em 1797, Arruda da Câmara ofereceu ao príncipe regente através desta remessa as “primeiras observações agrônômicas” que tinha feito no Brasil, “ardendo no desejo de ser útil” à sua “Nação pelos conhecimentos que tinha adquirido em as ciências naturais”. As palavras dirigidas a Dom Rodrigo de Souza Coutinho ao concluir a escrita das suas *Memórias* ilustram bem a visão desse naturalista em relação às culturas agrícolas do Sertão:

Os primeiros frutos dos meus trabalhos estudiosos e as primícias das experiências que tenho incansavelmente feito sobre uma plantação que faz hoje na Europa mercantil um dos mais ricos ramos do comércio da América, não deviam ser consagrados senão a um Ministro que, do pé mesmo do Trono, estende suas penetrantes vistas até os nossos férteis campos e deles procura extrair suas preciosas produções... (MELLO, 1982, p. 111).

Esse oferecimento direcionado ao Ministro de Ultramar delineia de forma explícita os objetivos do naturalista em remeter os primeiros resultados dos seus trabalhos à Coroa, com o intuito de favorecer o beneficiamento dos recursos naturais dos Sertões da Colônia. Conforme salienta Munteal Filho, as ordens régias quanto ao mapeamento das potencialidades econômicas das colônias eram claras com o objetivo de reverter o precário controle pela burocracia lusa sobre esses domínios. As atividades dos naturalistas giravam em torno das orientações da Coroa portuguesa, que partiam especialmente da secretaria dos domínios ultramarinos.

Para tanto, Arruda da Câmara afirma não ter economizado esforços no sentido de melhorar tanto a cultura quanto o beneficiamento do algodão no comércio português:

O acaso, porém, me tem posto nas circunstâncias de fazer experiências, observações e algumas descobertas úteis em outra cultura [a do algodão], não menos interessante ao comércio, tanto de Portugal quanto de Paranambuc... (MELLO, 1982, p. 113).

O “fiel vassalo” de *Sua Majestade* também relata as diligências feitas e das dificuldades enfrentadas na Capitania de Pernambuco e em suas anexas com o intuito de servir ao Reino:

Embaraçaram porém o meu projeto as grandes secas que nessa época assolaram toda esta Capitania, e me determinaram a reparar toda a perda que tinha experimentado, por uma grande plantação de Algodão nas margens do Rio Paraíba do Norte, a que assisti constante (MELLO, 1982, p. 111).

Observamos neste trecho, além do registro da visão e sensibilidade do naturalista em relação às especificidades climáticas das Capitânicas, a sua busca em experimentar as espécies botânicas da Colônia e as vantagens que elas poderiam trazer para a Metrópole. Assim como os demais membros do subgrupo da Academia Real de Ciências de Lisboa, a concepção empírica e cientificista de Arruda da Câmara é a prioridade ao observar os recursos naturais brasileiros. Para ele, os naturalistas devem viver nos campos para observarem de perto a natureza e proferirem instruções para os seus semelhantes e não se confinar em seus gabinetes.

Os trabalhos empíricos de Arruda da Câmara visavam o progresso econômico e político da Metrópole e da Colônia, conforme podemos observar:

Na Paraíba foi onde primeiro sonharam em mandar algodão para Portugal; mas o estímulo da ambição não picava muito os ânimos amortecidos e encolhidos debaixo da pobreza a cultivarem-no com

a energia de que eram capazes. A notícia do grande lucro que podia dar o algodão, a quem o cultivasse, foi penetrando pouco a pouco os matos e despertando os agricultores. Nos anos de 1877 até 1781 animaram-se os povos de uma nova força, então é que se viram os interiores dos Sertões mais habitados e cultivados, e tem-se de tal modo fomentado a cultura e o negócio do algodão, que admira (MELLO, 1982, p. 117).

Constata-se através deste trecho a forma como a exploração econômica do algodão contribuiu para o desbravamento das matas dos Sertões das Capitanias do Nordeste da Colônia e como os agricultores adentraram os interiores sertanejos com o intuito de obter lucros através do cultivo do algodão, muito valorizado no comércio internacional nesse momento histórico.

Ainda podemos observar os resultados econômicos da cultura algodoeira para despertar o interesse dos “rústicos”, através do trecho que se segue:

Daqui se vê quanto é importante a cultura do algodão em Paranaíba, pois o grande lucro que promete, impele a todos ao trabalho, tirando-os da ociosidade, dá valor às terras que dantes o não tinham, com sumo proveito do proprietário; anima o negociante ao mais vivo tráfico fazendo o mais importante o nosso porto e mais freqüentado o de Lisboa pelos estrangeiros, que dão todo o consumo... (MELLO, 1982, p. 118).

O trecho supracitado nos leva a refletir sobre a ousada concepção nacionalista de Manuel Arruda da Câmara, proposta por Warren Dean, em detrimento da metrópole abandonada. Os documentos arrolados nos levam a compreender que não obstante o cientista exaltar o potencial natural das terras brasileiras, ele também tenta taticamente conciliar esse potencial com o progresso econômico da Metrópole. Em outras palavras, a ambigüidade do trabalho de Arruda da Câmara reside em tentar conciliar o pensamento utilitário e o naturalismo empírico dos sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa, concepção da qual ele fazia parte, com a valorização e a desconstrução dos estereótipos construídos pelos europeus a respeito da natureza do Brasil colônia. São esses aspectos que flagramos no registro documental acima destacado, quando o naturalista tenta dividir pacificamente o progresso econômico entre a Colônia e a Metrópole.

Para Arruda da Câmara, “a natureza concedeu a cada país ou a cada clima seus privilégios exclusivos, e que sempre usufruíram, apesar do esforço da Arte” (MELLO, 1982, p. 123). O lugar próprio à cultura do algodoeiro seria debaixo dos Trópicos, na América ou na Índia, onde essa planta crescia naturalmente. Nesse sentido, observamos o momento em que o naturalista, para

além de buscar os interesses comerciais e político da Corte portuguesa para a qual trabalhava, exalta a sua terra natal, mostrando que os países coloniais eram muito mais férteis que a Europa, misturando o nacionalismo e a botânica para reverter os preconceitos acalentados pelos portugueses em relação às terras coloniais (DEAN, 1996, p. 142).

Outro aspecto que também é possível analisar na obra de Arruda da Câmara é a visão do cientista em relação à utilização da mão-de-obra dos escravos negros para desenvolver a cultura do algodão. Para ele, seria um grande erro para o proprietário de terras cultiváveis

Mandar os escravos colher algodão à ventura, isto é, por onde lhes parecer; estes assim que se ocultam nos arbustos, ou dormem e nutrem a sua natural preguiça, ou se colhem, roubam de cada vez uma porção e escondem nos matos, te acharem ocasião de o desencaminhar, e fazem o seu contrabando com tanta sagacidade que rara vez se sabe... (DEAN, 1996, p. 148).

Para Arruda da Câmara, os escravos negros “usam de mil modos para enganar”, por isso, seria necessário que o trabalho deles fosse realizado sob disciplina e vigilância, conforme observamos também abaixo:

O feitor, seguindo os cativos, cada um deles armado de um cesto, irá ao lugar determinado, onde deve principiar o serviço daquele dia: aí cada escravo toma a sua conta uma fileira de algodoeiros, que a não deve deixar até o fim, colhendo não só o que se achar por cima, senão ainda pelo chão, no que deve o feitor pôr um extremo cuidado, para cujo efeito os deve ter sempre debaixo da vista, e passear naquela esteira, para o que contribui muito a ordem em que se devem plantar os algodoeiros; ele deve castigar ou repreender qualquer negligência da parte dos escravos... (DEAN, 1996, p. 147).

Tais atitudes demonstram que o naturalista, embora suponhamos que ele tenha tido influência das Luzes na defesa dos ideais de igualdade, fraternidade e solidariedade, esses ideais democráticos não o influenciaram em relação aos escravos negros das colônias, uma vez que o próprio naturalista era um proprietário de escravos e indicava métodos de disciplina para melhor aproveitamento da mão-de-obra escrava. Sabe-se que a questão da Abolição do trabalho servil foi motivo de muitas controvérsias durante o Império brasileiro. Por um lado, havia alguns reformistas ilustrados que inspirados no pensamento de José Bonifácio defenderam reformas sociais mais profundas, propondo o fim do trabalho escravo, por outro, no entanto, havia aqueles intelectuais que defendiam que a escravidão negra fosse mantida. Conforme observamos, Manuel Arruda da Câmara, embora

tenha convivido em algum momento com José Bonifácio, não foi influenciado por ele no sentido de libertar os cativos negros e negras, uma vez que defendia a utilização da mão-de-obra desses escravos para o progresso econômico da Colônia.

As questões de gênero também estão relacionadas com este aspecto na obra de Manuel Arruda da Câmara, conforme o exposto:

Quem mete nos buracos a semente comumente são negras, por isso é que mando sempre aos que andam com as enxadas, mudar as estacas; porque estes são negros, por isso, mais ligeiros que aquelas, qualidade que se requer para este serviço não padecer demasiada demora. (DEAN, 1996, p. 131).

Constatamos aqui que o naturalista menospreza a atuação das mulheres escravas negras no desenvolvimento da agricultura colonial, embora possamos perceber no registro documental que elas foram atrizes e participaram ativamente desse processo. A incorporação dos estudos de gênero à história tem questionado a vitimização e as invisibilidades a que as mulheres têm sido submetidas pela historiografia em relação à sua participação como atrizes sociais co-participantes do trabalho, da busca pela sobrevivência e pela preservação dos recursos da natureza. Essas relações de gênero na história requerem uma crítica mais profunda quando se trata da atuação das escravas negras no Nordeste colonial, uma vez que, pela passagem supracitada, percebemos que as condições desumanas e de desvalorização a que os escravos eram submetidos nesse período tornavam-se mais intensas quando se tratavam de mulheres<sup>16</sup>.

Em 1810, Manuel Arruda da Câmara lançou o *Discurso sobre a utilidade da instituição dos jardins nas principais províncias do Brasil*, através do qual, como o próprio título da publicação sugere, defendia a importância de que “entre os estabelecimentos úteis a este novo Império” fossem instituídos Hortos Públicos nas principais Capitânicas do Brasil, com a finalidade de transplantar não apenas plantas de países estrangeiros, mas também de várias outras partes do Brasil, utilizando como critério a raridade das espécies a ser aclimatadas cuja destruição seria inevitável, por causa da extensão do país e da pouca população.

Em tom de exaltação à natureza brasileira, Arruda da Câmara relata:

Se lançarmos um golpe de vista filosófico sobre a superfície do globo, veremos que os países situados entre os Trópicos parecem ser

os únicos destinados pela natureza para habitação dos homens; pois que só ali é que ele pode viver comodamente sem o socorro d’Arte, e nutrir-se dos inumeráveis frutos que a terra prodigamente lhe liberaliza, e que se não encontram nos países vizinhos aos pólos. (MELLO, 1982, p. 198).

Embora a ambigüidade do pensamento de Arruda da Câmara seja fragante nesse trecho quando ele tenta conciliar o beneficiamento dos produtos agrícolas para a exportação e para o alimento da população colonial, observamos que o nacionalismo do naturalista transparece em relação ao potencial botânico do Brasil colonial, deixando implícita uma crítica à Metrópole em período de crise.

Desde o Rio da Prata até o Orenoque, de que hoje nos achamos de posse, não se encontrará com facilidade um palmo de terra que não possa convir à cultura de algum vegetal, ou este sirva ao consumo dos habitantes, ou à exportação. (MELLO, 1982, p. 201).

Sem qualquer pretensão ou busca de conservação do ambiente natural da Colônia, conforme sugeriu Pádua (2004), as tentativas de instituição dos Jardins Botânicos nas diversas províncias do Brasil tinham preocupações eminentemente utilitárias, econômicas, políticas, científicas e progressistas, aspectos que compuseram o mosaico do pensamento intelectual dos reformistas ilustrados.

É, pois, manifesto que sendo o continente do Brasil desde o Rio da Prata até o Orenoque tão extenso e tão variado em climas e terras, é susceptível, não só de nele cultivarem as plantas da Europa, África e Ásia; mas de aí se naturalizarem as de uma em outras províncias; e cumpre muito à Nação que se isto faça com a maior presteza e energia, tanto para cômodo e abastança de todo o Estado, como para aumento do comércio e maior freqüência de seus portos; o que também não pode deixar de favorecer a população, de que tanto e tanto necessita. (MELLO, 1982, p. 202).

A ambigüidade do pensamento de Arruda da Câmara é observada também em relação às tentativas de aclimação das plantas nacionais ou estrangeiras nas províncias do Império Ultramarino português, uma vez que os resultados desse processo são compreendidos como sendo favoráveis à população colonial e à economia metropolitana. Vale ressaltar, no entanto, com base em Dean (1996) que ele exaltava a fertilidade das colônias tropicais de detrimento do clima da Metrópole, desfavorável a diversificação agrícola.

<sup>16</sup> Para maiores informações sobre a incorporação da perspectiva de gênero à pesquisa histórica, ver (MACHADO, 1998). Em relação a atuação das mulheres na história e a contestação de suas invisibilidades ver (MONTYSUMA, 2008).

O objetivo de atender às demandas econômicas da Coroa portuguesa é, porém, logo evidenciada:

Como a instituição de semelhantes Hortos não tem por objeto só o agradável e o aumento da Botânica, mas o seu principal fim é o útil, para que a sua manutenção não seja tão onerosa ao Estado, devem os Inspectores promover o mais que puderem, a cultura daquelas plantas que derem mais lucro.. (MELLO, 1982, p. 204).

É compreensível que o naturalista, mesmo com suas concepções nacionalistas, buscasse atender às solicitações régias e se preocupasse em remeter espécimes de potencial econômico para Portugal, visto que ele estava sendo financiado e encarregado para tal atividade nos sertões coloniais. Warren Dean cita Manuel Arruda da Câmara e a crítica que ele faz ao Estado português por não ter instituído jardins botânicos em suas colônias a fim de que pudesse conhecer e a explorar as riquezas naturais desses territórios, encetando assim uma pertinente crítica à política colonial e as práticas botânicas anteriores.

Por fim, destacamos o fragmento documental que enfatiza o ponto de vista nacionalista de Arruda da Câmara:

Cuido que desta maneira se verá em pouco tempo o Brasil mais enriquecido e independente das outras partes do mundo, no que respeita às produções que a Natureza espalhou por todas: ajunte-mo-las e apropriemo-las; e se a isto se ajuntar, ainda, a indústria de manufaturas, ao menos as bastantes para o nosso consumo (o que é muito de esperar do nosso sábio Ministério) que império haverá no mundo igual a este? (MELLO, 1982, p. 204).

Com base nas considerações apresentadas anteriormente e no fragmento documental supracitado, observamos que o cientista efetivamente direcionou o pensamento naturalista-utilitário da Academia Real de Ciências de Lisboa e outros conhecimentos adquiridos durante seus estudos na França para defender a natureza, a independência e a população livre do Nordeste colonial, não obstante também buscasse o enriquecimento e a superação da crise da Coroa portuguesa.

Sobre a ação política do naturalista, algumas autoridades judiciais pernambucanas apontavam-no como o primeiro a difundir idéias liberais e republicanas no Nordeste. Tal atribuição se deve ao fato de que ele esteve na França, em 1890, quando deixou a Universidade de Coimbra e foi para Montpellier, convivendo com toda a atmosfera político-cultural pós-Revolução. Esse presumido ideário democrático tem levado inclusive a estimativas de sua participação na Revolução Pernambucana de 1817, além de possível elaboração, juntamente

com dois amigos, de ter elaborado um documento, em 1799, declarando a constituição de uma República Federativa a ser implantada no Nordeste. Essas conjecturas baseadas em estudos biográficos realizados por Mello (1982) apontam para a necessidade de realização de outros trabalhos que abordem especificamente o aspecto político da vida do naturalista. Além disso, o paradoxo a respeito da gente de cor, certo indigenismo presente em sua obra, o orgulho de pertencer à *Terra Brasilis*, o patriotismo do naturalista, etc. destacam como indagações passíveis de maior aprofundamento documental e teórico. Por fugir aos propósitos desta pesquisa, limitamos a analisar a visão que o naturalista elaborou em relação às inter-relações históricas entre sociedades e naturezas durante a transição colônia-império.

#### NACIONALISMO E REFORMISMO ILUSTRADO EM MANUEL ARRUDA DA CÂMARA

Para todos os viajantes e naturalistas europeus, a Europa era o centro de tudo o que se produzira de melhor e mais refinado na cultura humana. Dar oportunidade aos povos conquistados de usufruir destas conquistas e conduzi-los paternalisticamente a um estado superior de “civilização” passava então a ser uma obrigação histórica e filantrópica dos homens ilustrados. Este discurso justificou diversas intervenções no âmbito das nações indígenas. Mary Louise Pratt chamou de *anticonquista* às estratégias de representação através das quais “os agentes burgueses europeus procuram assegurar sua inocência ao mesmo tempo em que asseguram a hegemonia européia” (PRATT, 1999, p. 32).

Os viajantes se representam na condição de observadores esclarecidos, capazes de não apenas descrever e denunciar “injustiças”, mas também propor soluções e intervenções sobre a ação dos governos e autoridades que administravam os territórios visitados. A superioridade européia era assim confirmada para os leitores europeus de seus livros. A validação desta “preeminência caucásica” contava inclusive com o respaldo dos “saberes científicos” de que os naturalistas eram protagonistas.

Por outro lado, o discurso de viajantes como Koster, Spix, Martius e Saint-Hilaire, foi também, e frequentemente, um discurso de “anticonquista”, na medida em que sua validação foi sempre permeada por constantes estratégias de afirmação de inocência. Dentre elas, talvez, a mais recorrente tenha sido a justificação pedagógica da violência, que nos parece perfeitamente coerente com o espírito de seu tempo. Não devemos perder de vista a constatação de que, nos séculos XVIII e XIX, vio-

lência física e pedagogia andavam quase sempre juntas<sup>17</sup>.

Conforme vimos, o reformismo ilustrado presente na Academia Real de Ciências de Lisboa, que influenciou profundamente a “geração ilustrada” de intelectuais lusobrasileiros, entre eles, Manuel Arruda da Câmara, em fins do século XVIII e inícios do XIX, visava exclusivamente redirecionar a política colonial da Metrópole. Nesse momento histórico, Portugal se encontrava em crise diante da concorrência com outras potências européias e perdia parte de seus territórios ultramarinos. Observamos que esse grupo de intelectuais naturalistas-utilitários constituiu um subgrupo no interior da Academia com o intuito de redirecionar a política colonial da Coroa e de recuperar o Reino da crise. Longe de se constituírem como defensores do ambiente natural da Colônia pelo valor intrínseco que deveria ser atribuído à natureza enquanto parte do patrimônio histórico e ambiental da Coroa, os esforços de conservação empreendidos durante o reformismo ilustrado estavam diretamente relacionados com o progresso econômico e político da Coroa portuguesa. Nesse sentido, não devemos confundir a tradição intelectual ilustrada e os seus esforços de conservação com o ambientalismo moderno, uma vez que são contextos diferentes e a consciência da necessidade de preservação do ambiente natural como forma de assegurar a permanência da vida no Planeta, emergiu muito tempo depois.

Nesse contexto histórico-científico do final do século das Luzes, é necessário atentar, no entanto, para a peculiaridade flagrante da observação esclarecida de Arruda Câmara a respeito da natureza colonial, notadamente, dos Sertões do Nordeste. Referimo-nos à constatação de que, mesmo sendo um reformista ilustrado, portanto, interlocutor das concepções científicas e progressistas européias, esse naturalista não constituiu um olhar de estranhamento em relação ao ambiente tropical, uma vez que este lhe era familiar por ele ser natural dessas plagas.

Como membro dessa geração ilustrada, Manuel Arruda da Câmara também assimilou esse ideário progressista e de beneficiamento econômico da Metrópole, buscando coletar espécimes capazes de encaminhar e desenvolver a economia do Reino de Portugal. Para isso, desenvolveu técnicas agrícolas, realizou expedições científicas, remeteu relatórios, trabalhos e memórias para *Sua Majestade* que tinha encomendado descobertas botânicas nos Sertões das Capitanias do Nordeste. Todavia, não obstante ele ter defendido a concepção naturalista-utilitária dos demais reformistas ilustrados, não hesitou em utilizar seus conhecimentos em Ciências Naturais para desenvolver a Colônia brasileira. Mesmo

cumprindo as ordens régias para as quais havia sido incumbido, não renunciou em favorecer as Capitanias do Nordeste e de todo o país com os resultados de suas pesquisas e experimentações. Nesse sentido, concordamos com Dean (1996) quando ele relata a ousadia de Arruda da Câmara em defender a natureza brasileira e sua sociedade, em alguns casos, até mesmo taticamente, fez isso em detrimento dos interesses da Coroa.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse ensaio pretendeu oferecer subsídios para primeiras reflexões, destacando a relevância de se estudarem as iniciativas de registro e catalogação da natureza levadas a cabo sob os auspícios da Coroa Portuguesa, informada pela política simultaneamente autoritária e fomentadora de ciência de ministros Reformistas ilustrados como o Marquês de Pombal, Martinho de Melo e Castro e Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Incentivando e financiando iniciativas de conhecimento da América Portuguesa em seus aspectos hidrológico-minerais, botânicos e zoológicos, como a empreendida por Arruda Câmara, pretendia-se incrementar as reservas de produção de matérias-primas, evitando posterior escassez. Necessário recordar que, na época, vivia-se o declínio da produção aurífera da Capitania de Minas Gerais, o que também incentivava a busca de novas alternativas econômicas.

Embora não seja dos objetivos deste trabalho, vale lembrar que há ainda muito a se interrogar sobre a atuação política desse naturalista. Coube-nos, de pronto, observar que Arruda da Câmara não se limitava a coletar informações. Como vimos, ele o fazia com base em uma lógica de valorização da natureza local, lógica essa diversa e, frequentemente, contraposta a uma série de eurocêntricas e célebres teorias de gabinete francesas, próprias de uma Ilustração. Assim, muitos aspectos da paisagem natural e cultural nordestina durante a transição Colônia-Império foram delineados de forma menos estereotipada, menos exótica e mais humanizada. A obra de Arruda da Câmara se situa como exceção diante das visões europocêntricas e estereotipadas que se elaborou no período colonial brasileiro em relação ao nosso povo e à nossa natureza, que já não era vista por esse naturalista apenas como sinônimo do exótico, mas possuindo potencialidades que, apesar do enfoque economicista típico à historicidade da época, pode-se colocar hoje como uma tentativa criativa de entender as práticas cotidianas construtivas que se realizam no ambiente natural do Nordeste.

<sup>17</sup> Sobre essa violência pedagógica que, a meu ver, parece associar-se ao conceito foucaultiano de *poder disciplinar* veja Foucault (1987).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; MAGALHÃES, Francisco de Oliveira. As disquisitiones do naturalista arruda da câmara (1752-1811) e as relações entre a química e a fisiologia no final do século das luzes. *Revista Química Nova*. São Paulo, Sociedade Brasileira de Química, n. 20, v. 4, p. 445-451, jul./ago. 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Tradução José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- CASTRO, Zília Ozório de. *Cultura e política: Manoel Borges Carneiro e o vintismo*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. v. 2.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, [2005?]. 1 CD-ROM.
- COUTINHO, Rodrigo de Souza. *Discurso pronunciado pelo Ministro Rodrigo de Souza Coutinho perante a Junta de Ministros e outras pessoas sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e financeiro de Portugal e domínios ultramarinos*. [Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional], 1803. Manuscrito. (Setor de Manuscritos; Coleção Linhares).
- \_\_\_\_\_. *Memória escrita por Dom Rodrigo de Souza Coutinho sobre a mudança da sede da Monarquia Portuguesa*, [Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional], 1803. Manuscrito. (Setor de Manuscritos; Coleção Linhares).
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 278, p. 105-169, mar. 1968.
- FASSO, Guido. Jusnaturalismo. In: BOBBIO, Norberto; MANTTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1994.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo Almeida; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Introdução. In: RAYNAL, Guilherme Thomas. *A revolução da América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GERBI, Antonello. Buffon: a inferioridade das espécies animais na América. In: *O novo mundo: história de uma polêmica* (1750-1900). Tradução Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 19-42
- MACHADO, Lia Zanotta. *Gênero, um novo paradigma?*. Cadernos Pagu, n. 11, 1998. p. 107-125.
- MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. (Org.). *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas (1752-1811)*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- MONTYSUMA, Marcos. Gênero e meio ambiente: uma (in)visibilidade das mulheres na construção das florestas na Amazônia. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *Linguagens plurais: cultura e meio ambiente*. Bauru: EDUSC, 2008. p. 155-174.
- MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MUNTEL FILHO, Oswaldo. Política e natureza no reformismo ilustrado de Dom Rodrigo de Souza Coutinho. In: PRADO, Maria Emília. *O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 81-110
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento ambiental e crítica escravista no Brasil (1779-1888)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PAULINO, Maria da Conceição Pereira; CATARINO, Acácio José Lopes. Arruda Câmara e o cultivo do algodão na Paraíba colonial. In: CONHECIMENTO EM DEBATE, 8., 2008, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2008.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.
- SANTOS, Estilague Ferreira dos. *A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: EDUFES, 1999.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Recebido em novembro de 2008

Aceito em dezembro de 2008